

Con. Brasil

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Presidente do Conselho

MANOEL FRANCISCO BRITO — Diretor Presidente

WILSON FIGUEIREDO — Diretor de Redação

DACIO MALTA — Editor

MERVAL PEREIRA — Editor Executivo

ROSENTAL CALMON ALVES — Editor Executivo

Andando de Lado

A política econômica chegou a uma encruzilhada, avverte o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo. A crise gerada pela CPI do PC Farias conduz os agentes econômicos que lidam interna e externamente com o Brasil a momentos de ansiedade em relação aos rumos políticos. Os destinos do país dependem de definições políticas. Em qualquer economia às voltas com uma inflação mensal acima de 20% os agentes econômicos já operariam com grau de ansiedade maior em relação àquelas com inflação anual inferior a um dígito.

No Brasil, a angústia aumenta porque está em curso um programa de revisão da presença do Estado na Economia, simultâneo à abertura da economia. Enquanto as definições não vêm, a economia segue *andando de lado* — o jargão do mercado de ações que define uma Bolsa de Valores sem tendência definida de alta ou baixa. É o que ocorre nesse momento no país: nenhuma decisão econômica de grande alcance está sendo tomada à espera dos desdobramentos do quadro político.

A economia surpreende, resistindo com um mínimo de normalidade, apesar do desgaste interno e externo das denúncias. A vitalidade do tecido social e econômico do país releva as deficiências do governo. Entretanto, os limites da governabilidade econômica se esgotam à medida que demora a solução política, e as reservas cambiais e as folgas orçamentárias são empenhadas na falta do ajuste fiscal.

O desfecho da CPI ganha maior expectativa por ser agosto um mês crucial para os negócios no Brasil: neste mês os agricultores preparam o plantio da próxima safra (e dependem dos financiamentos ao custeio) e o comércio projeta as suas encomendas para a indústria. Tais fatos carregam de eletricidade a vida política, sobretudo porque o Congresso retoma os trabalhos legislativos em agosto após o recesso de julho, quando os deputados e senadores auscultam as bases com profundidade. Essas seriam razões históricas para situar agosto como um mês agourento pela coincidência de grandes transformações na vida do país.

Além do suicídio de Getúlio Vargas e da renúncia de Jânio Quadros, o marechal Costa e Silva

sofreu um derrame cerebral e começou a se afastar da Presidência do segundo governo militar em agosto de 1969. Em agosto de 1973 foi definida a sucessão do general Médici pelo general Ernesto Geisel. Em agosto de 1979, o primeiro ministro do Planejamento do governo Figueiredo, Mário Henrique Simonsen, não resistiu à pressão empresarial vinda de São Paulo e foi substituído por Antônio Delfim Netto. Finalmente, em agosto de 1985, Francisco Dornelles cedeu o comando da política econômica do governo Sarney a Dilson Funaro, verdadeiro representante do empresariado paulista.

A dureza do processo de estabilização, que reduziu em muito o nível das atividades econômicas e aumentou os custos operacionais, devido ao alto grau de capacidade ociosa, desagradou o empresariado. De outra parte, a necessidade de modernização tecnológica e gerencial para enfrentar o desafio da concorrência do produto importado, requer um quadro econômico com regras claras e estáveis de médio e longo prazos, para dar confiança a quem se envolve em pesados investimentos.

No front externo, o Brasil reconquistara um mínimo de credibilidade, depois do paciente trabalho de reatamento das relações com o sistema financeiro internacional estabelecido pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Os investidores japoneses, asiáticos, europeus e americanos, que já tinham voltado os olhos ao Brasil como país novamente promissor para negócios, paralisaram seus movimentos à espera de um quadro mais claro. A crise ameaça a própria assinatura do acordo definitivo de renegociação da dívida de US\$ 45 bilhões do país junto aos bancos privados, que selaria o restabelecimento dos laços com a comunidade financeira internacional. Esse reatamento é indispensável ao êxito do processo de abertura e modernização da economia.

Tudo depende do cenário de curto prazo, que compete à classe política. O prosseguimento do ajuste fiscal também carece da aprovação da reforma fiscal pelo Congresso. Mas também estão em jogo, na luta pelo poder político e econômico travada na CPI, a credibilidade do Brasil no exterior e o futuro dos investimentos e do emprego no país.